

# Caravana do Açaí:

Análises e  
recomendações  
junto a organizações  
comunitárias



UMA JORNADA QUE PERCORREU TERRITÓRIOS  
TRADICIONAIS NO PARÁ E AMAPÁ





Realização



MINISTÉRIO DO  
DESENVOLVIMENTO  
AGRÁRIO E  
AGRICULTURA FAMILIAR



# Caravana do Açaí:

## Análises e recomendações junto a organizações comunitárias

### AUTORES PRINCIPAIS:

**Instituto Terroá**  
**Pollyanna Coêlho de Sousa**  
**Luis Fernando Iozzi Beitum**  
**Renata Guerreiro**  
**Caroline Fontolan**  
**Maria Luiza Benini**

### FOTOGRAFIAS:

Acervo Instituto Terroá

### PROJETO EDITORIAL:

Bruna Foltran

### COMO CITAR:

Instituto Terroá.  
Caravana do Açaí: análises e recomendações junto a organizações comunitárias. 2023.

É permitida a reprodução desde que citada a fonte.

**Reproduções para fins comerciais são proibidas.**

### AGRADECIMENTOS:

*Aos integrantes dos empreendimentos comunitários que participaram desta iniciativa:* Carlos Roberto Baratinha (Cooperativa de Ribeirinhos Extrativistas Agroindustrial do Marajó) | Aurelio Cordeiro Ramos (Cooperativa Agroextrativista Da Resex Terra Grande Pracuúba) | Janari Brito Gonçalves (Cooperativa Agroextrativista do Mapuá e Aramã) | Sebastião Rodrigues Nogueira (Associação dos Pequenos Produtores Rurais Extrativistas e Pescadores do Rio Ipanema) | Joselino Cantão Queiroz (Cooperativa de Frutos do Baixo Tocantins) | Valdenes Ferreira de Sousa (Cooperativa Mista Agroextrativista de Santo Antônio do Tauá) | Raimundo Brito de abreu (Cooperativa de Fruticultores de Abaetetuba) | Givanildo de Jesus da Costa Guimarães (Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri) | Amiraldo Picanço (Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Bailique e Beira Amazonas) | Gracionice Costa da Silva Correa (Cooperativa Manejai) | Mairna Dias (Cooperativa Agroextrativista dos Produtores do Rio Meruu) | Gicarlos Souza de Lima (Cooperativa Agropecuária e Florestal do Projeto RECA) | Antonio Adevaldo Dias da Costa (Associação dos Produtores Rurais de Carauari) | Odair José (Cooperativa Agroindustrial das Ilhas Joroca, Correa e Jacareúba) | José Ivanildo Gama Brilhante (Conselho Nacional dos Seringueiros).

*Ao professor Salo Coslovsky, por comentários e sugestões na versão anterior deste documento.*

# Sumário

Introdução	05
A importância dos empreendimentos comunitários para a cadeia do açaí	07
A Caravana do Açaí	09
Metodologia	10
A escolha dos territórios e empreendimentos	
A aplicação “Escala de Maturidade para Empreendimentos em cadeias da sociobiodiversidade”	
A construção deste documento	
Os empreendimentos visitados	
Análise geral das caracterizações	15
Recomendações gerais	18
Sugestões de políticas públicas setoriais	19
Sugestões de investimentos privados/filantrópicos setoriais	24
Sugestões de Recursos Compartilhados Setoriais (ReCS)	26
Sugestões de Arranjos pré-competitivos para estruturar os ReCS	30
Considerações finais: desenvolver a cadeia para ampliar a qualidade de vida local	32
Referências	34

# Introdução

**A Caravana do Açaí é uma iniciativa que consiste em percorrer diferentes territórios e organizações comunitárias na região amazônica que trabalham com a produção do fruto do açaí.**

O objetivo central é compreender a cadeia de valor do açaí, identificando desafios e oportunidades, além de propor estratégias para fortalecer a sustentabilidade econômica, social e ambiental dessas comunidades produtoras.

Em 2022 e 2023, o Instituto Terroá visitou nove empreendimentos comunitários, percorrendo diferentes territórios produtivos nos estados do Pará e Amapá e levantou os principais desafios e oportunidades deste grupo de cooperativas e associações. A principal metodologia aplicada foi a “Escala de Maturidade para empreendimentos da cadeia de valor do açaí”, desenvolvida pela instituição.

A partir de então nasce o documento **Caravana do Açaí: Uma jornada pelos territórios e organizações comunitárias que trabalham com o fruto**, que apresenta uma análise abrangente sobre os empreendimentos da base produtiva do setor, propondo estratégias inovadoras para promover a sustentabilidade de comunidades e de paisagens amazônicas. A Caravana evidenciou as barreiras e as capacidades de adaptação dos empreendimentos comunitários frente aos desafios. Benefícios como formalização, acordos locais e técnicas de manejo sustentável foram destacados, assim como o acesso a políticas de compras públicas. No entanto, barreiras como licenciamentos desatualizados, conhecimento sobre os direitos trabalhistas, otimização logística, obtenção de crédito rural, inclusão em políticas de compras públicas e assistência técnica para elevar a qualidade e sustentabilidade na produção do açaí emergem como necessidades claras.

A fim de abordar potenciais soluções para os desafios postos, este documento apresenta recomendações sistêmicas que abrangem políticas públicas, diretrizes para investimento social privado e filantropia, além de explorar arranjos pré-competitivos (APCs) e recursos

compartilhados setoriais (ReCS). A abordagem multifacetada visa promover crescimento, inovação e impacto positivo na cadeia.

Em suma, por meio de uma colaboração estratégica e coordenada, embasada em uma visão integrada e sistêmica, é possível potencializar o desenvolvimento sustentável da cadeia de valor do açaí, contribuindo para melhorar a qualidade de vida das comunidades extrativistas que trabalham com o fruto. A abordagem participativa da Caravana resultou em recomendações tangíveis, que têm o potencial de gerar impactos positivos tanto na cadeia quanto nos territórios em questão.

Essa ação foi coordenada pelo Instituto Terroá, que realiza a secretaria executiva da rede Diálogos Pró-Açaí, no âmbito do "Projeto Bioeconomia e Cadeias de Valor", desenvolvido no âmbito da Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, com apoio do Ministério Federal da Cooperação Econômica e do Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha, em uma parceria com o Consórcio ECO-Consult e a Conexus.



# A importância dos empreendimentos comunitários para a cadeia do açaí

A Amazônia é uma das regiões mais ricas do mundo em termos de biodiversidade e recursos naturais. A sociobioeconomia surge como possibilidade de geração de renda às comunidades, promovendo melhores modelos de produção aliados à manutenção da floresta em pé. Nesse contexto, a cadeia de valor do açaí se destaca como uma atividade produtiva de grande importância para a região amazônica, além de cumprir um importante papel na segurança alimentar das populações que ali se encontram.



Um dos grandes desafios na cadeia do açaí é a inconsistência nas informações em todas as etapas da cadeia produtiva. Atualmente os dados do IBGE são utilizados para análise e predições, com destaque para o Censo Agropecuário de 2017, complementados pela Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e a Pesquisa da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS), ambas atualizadas anualmente. Em 2017 foram registrados 47.855 estabelecimentos agrícolas e 45.630 estabelecimentos extrativistas com mais de 50 pés de açaí. A área de produção manejada e plantada foi de 168.546 ha, com uma média de 4,47 ha/açaizeiro/propriedade, o que corresponde a 241.816 toneladas (6,83 ton./propriedade), com um valor de produção por propriedade em torno de R\$ 13.446. O volume de produção extrativista foi de 397.076 toneladas, sendo que 259.375 foram comercializados, enquanto que 137.701 foram consumidos. Em 2019 o volume de produção nacional, somando áreas de cultivo, manejo e extração vegetal, foi de 1,4 milhão de toneladas (LOPES et al, 2021).

## Censo Agropecuário de 2017

Estabelecimentos agrícolas

**47.855**

Estabelecimentos extrativistas (+ 50 pés de açaí)

**45.630**

Área de produção manejada e plantada

**168.546<sub>ha</sub>**

O que corresponde a

**241.815<sub>t</sub>**

Valor de produção por propriedade

**R\$13.446**

Volume de produção extrativista

**397.076<sub>t</sub>**

**259.375**  
comercializado

**137.701**  
consumido

Em termos  
de renda, no  
estado do Pará,  
em 2019, o açaí  
movimentou  
**R\$ 3,7 bilhões**

O estado do Pará é o maior produtor nacional de frutos de açaí, sendo que a mesorregião do Marajó se destaca com relação a geração de renda e como principal produto da economia local (SANTANA, 2021). O extrativismo do açaí ocorre em municípios onde se pratica o manejo e/ou plantio irrigação em terra firme (Abaetetuba, Bagre, Barcarena, Breves, Bujaru, Cametá, Igarapé-Miri, Melgaço e São Sebastião da Boa Vista) e onde o extrativismo tradicional ocorre (Afuá, Anajás, Curralinho, Limoeiro do Ajuru, Muaná, Oeiras do Pará e Ponta de Pedras) (SANTANA, 2021).

Em termos de renda, no estado do Pará, em 2019, o açaí movimentou R\$ 3,7 bilhões, que é 2,8 vezes o valor original da produção rural. O mercado paraense absorve 53% da quantidade produzida, o mercado nacional 45% e os 2% restantes são destinados ao mercado internacional (COSTA et al, 2021). O município de Inhangapi é o que mais tem gerado empregos formais, enquanto que em 104 municípios a atividade não gera emprego formal, apresentando-se como uma atividade conduzida por mão de obra da família não remunerada e/ou trabalho informal, sendo que nas etapas de produção ou de extração dos

frutos o trabalho formal é insignificante. Isso ocorre em decorrência do não atendimento dos princípios da inclusão social exigidos pela legislação trabalhista, respeito à cultura do ribeirinho camponês e, principalmente, a distribuição do valor adicionado ao produto (SANTANA, 2021).

Ressalta-se que a atividade de manejo da floresta de várzea e o monocultivo irrigado na terra firme causam danos ao ecossistema natural ao afetar os serviços ecossistêmicos de polinização dos frutos por abelhas e animais, regulação do ciclo de nutrientes da várzea, ventos que secam as folhas e impacto sobre a biodiversidade. Observa-se uma mudança na maneira como o produto era tradicionalmente conhecido, ou seja, naturalmente orgânico, inclusivo, gerador de bem-estar, conservando o respeito pela cultura e tradição, passando a ser visto como commodity e vinculado a perdas, somando-se o passivo ambiental ao não se incorporar os custos bioeconômicos da exploração sustentável dos ativos naturais florestas, solos e águas das várzeas. Este cenário é o oposto do que se espera em termos de sustentabilidade para a cadeia, com acesso a mercados e preços diferenciados (SANTANA, 2021).

# A Caravana do Açaí



A Caravana do Açaí é uma iniciativa que percorre territórios e organizações amazônicas, engajadas na produção do fruto, com o propósito de melhor compreender a cadeia de valor. O foco é identificar desafios, oportunidades e propor estratégias para fortalecer a sustentabilidade econômica, social e ambiental desta cadeia de valor. A iniciativa busca promover colaboração entre produtores, cooperativas, empresas e instituições governamentais, a fim de impulsionar o setor e melhorar as condições de vida das comunidades envolvidas.

Durante 2022 e 2023, o Instituto Terroá percorreu nove empreendimentos comunitários, abrangendo diversos territórios produtivos nos estados do Pará e Amapá. Nesse processo, foram identificados os principais desafios e oportunidades. A abordagem central foi a utilização da metodologia Escala de Maturidade para empreendimentos da cadeia de valor do açaí, desenvolvida pela instituição.

## Metodologia de construção do documento



# Metodologia

## A escolha dos territórios e empreendimentos

Para a seleção dos territórios participantes da Caravana, foram considerados os municípios que mais produzem açaí de acordo com o IBGE, que estão agrupados em três mesorregiões do estado (Marajó, Baixo Tocantins e Região Metropolitana de Belém). Já o mapeamento das organizações comunitárias foi baseado no documento Diagnóstico de Organizações Comunitárias realizado em 2021 pela Secretaria Executiva do Diálogos Pró-Açaí, em parceria com o IPAM, que contou com um levantamento de dados em catálogos da sociobiodiversidade, pesquisa na internet e entrevistas com técnicos extensionistas e com as organizações mapeadas. A partir dessas informações, a equipe selecionou as iniciativas seguindo alguns critérios como: localização geográfica/ logística; sistema de manejo adotado; números de cooperados; volume de produção anual; histórico de parcerias e realização de projetos. Após isto, as organizações foram convidadas para participar da Caravana, o que se deu por meio de ofício.



## A aplicação “Escala de Maturidade para Empreendimentos em cadeias da sociobiodiversidade”

A Escala de Maturidade para empreendimentos e cadeias da sociobiodiversidade é uma metodologia abrangente, desenvolvida pelo Instituto Terroá, que auxilia na gestão e no fortalecimento de empreendimentos comunitários que trabalham com produtos oriundos da sociobioeconomia. Ao possibilitar um olhar sistêmico e integrado sobre diferentes elos de uma cadeia de valor, permite uma análise completa da maturidade e o planejamento de ações futuras do negócio comunitário.

### Sua aplicação possibilita:

- A mensuração do nível de maturidade de um negócio comunitário.
- Mapeamento do empreendimento e do seu modelo de negócios.
- Um olhar expansivo sobre a viabilidade econômica do negócio.
- A construção de um plano de ação orientado pelos pontos críticos diagnosticados pela ferramenta.
- O desenvolvimento da governança, gestão administrativa e financeira da organização.
- O aprimoramento da organização da produção, industrialização e logística.
- A ampliação do engajamento e relacionamento com trabalhadores e comunidades do território.

A ferramenta incorporada à Escala de Maturidade é um recurso completo que abrange um conjunto de indicadores, critérios e escalas, proporcionando uma análise abrangente da maturidade do empreendimento ou cadeia. Além disso, essa ferramenta inclui um dashboard interativo que permite a visualização dos níveis de maturidade, tanto por dimensão específica como de forma integrada, oferecendo uma visão holística do desempenho. Ao coletar informações relevantes e realizar análises detalhadas, a ferramenta calcula uma pontuação ou classificação que reflete de maneira objetiva o nível de maturidade, fornecendo assim dados valiosos para orientar as ações de fortalecimento.

Nesse sentido, a Escala de Maturidade propicia um conhecimento mais profundo sobre o empreendimento e provoca o fortalecimento de uma cultura de planejamento na organização. Durante a avaliação, qualitativa e participativa, as equipes de gestão têm a oportunidade de refletir e ponderar sobre os níveis de maturidade do empreendimento, para cada um dos 9 requisitos considerados. Dessa forma, a avaliação induz a provocações de novas ideias que possam auxiliar no fortalecimento da organização.

## São três os níveis de maturidade considerados:



1.

### Sustentável

67-100%

No primeiro nível, elas estão em um estágio avançado de desenvolvimento, caracterizado por uma gestão sólida e eficaz, com processos bem definidos e uma estrutura de governança robusta. Todos os elos da cadeia produtiva, da produção à comercialização, estão bem organizados, incluindo a capacidade de processar produtos de forma independente, adicionando valor à marca. Financeiramente, estão em um estado sólido de sustentabilidade, gerando benefícios significativos para seus membros e comunidades.

2.

### Estruturada

22-66%

No segundo nível, as cooperativas demonstram um grau satisfatório de organização interna e boas práticas de gestão, embora enfrentem desafios financeiros. Possuem processos bem definidos em áreas como organização social e manejo, mas podem ser menos consistentes na comercialização. Geralmente, ainda não têm capacidade própria de industrialização, mas estão em transição para a maturidade, consolidando sua estrutura.

3.

### Aprendiz

0-21%

Por fim, no terceiro nível, as cooperativas estão em um estágio inicial de maturidade, enfrentando desafios significativos de organização interna e gestão. Há falta de formalidade e planejamento, resultando em impacto limitado na geração de renda para membros e comunidades, com produtos de pouco valor agregado. Nesse estágio, as cooperativas estão começando a se estruturar e enfrentam obstáculos no desenvolvimento de processos sólidos e eficazes.

A Escala de Maturidade aborda 9 dimensões de análise. São elas:

1.

**Legislação:**

Avalia o compromisso do empreendimento com o cumprimento das legislações relacionadas às suas atividades e à formalização jurídica da organização.

3.

**Organização social e gestão territorial:**

Avalia o grau de envolvimento do empreendimento com a relação estabelecida junto aos cooperados e às comunidades vizinhas.

5.

**Organização da produção:**

Avalia as atividades relacionadas à organização de toda a produção de açaí, desde a coleta junto aos produtores até a distribuição para comercialização ou para a unidade de processamento (agroindústria).

7.

**Industrialização:**

Avalia o beneficiamento do açaí em uma unidade de processamento (agroindústria), com foco na estrutura física e nos processos de qualidade para transformação do fruto em polpa, liofilizado ou outros produtos beneficiados.

9.

**Inovação e sustentabilidade:**

Avalia diversos aspectos de inovação para melhorar a eficiência em várias atividades e processos do empreendimento, incluindo aspectos produtivos, administrativos, financeiros e de manejo florestal, visando aumentar a competitividade e melhorar a qualidade de vida.

2.

**Gestão financeira e administrativa:**

Analisa como o empreendimento administra seus recursos, visando a saúde financeira da organização e demonstrando a transparência necessária em suas operações.

4.

**Manejo e conservação florestal:**

Examina a utilização racional e ambientalmente adequada dos recursos florestais, visando preservar a qualidade do fruto, minimizar os custos de manutenção das áreas de manejo, garantir a segurança do extrativista e aumentar a produtividade do açaí na floresta.

6.

**Transporte e logística:**

Analisa as atividades relacionadas à organização do transporte e logística de toda a produção de açaí, desde a coleta junto aos produtores até a distribuição para comercialização ou para a unidade de processamento (agroindústria).

8.

**Comercialização e parcerias:**

Examina a importância das parcerias para o sucesso do empreendimento, incluindo aspectos das parcerias comerciais e parcerias de desenvolvimento institucional, bem como o acesso às políticas públicas e outras fontes de captação de recursos.

## Por que aplicar a Escala de Maturidade e como foi realizada?

A aplicação da Escala de Maturidade nesses empreendimentos foi importante porque a “Caravana do Açaí” tinha como objetivo aprofundar o entendimento sobre a produção comunitária na cadeia de valor do açaí, e a Escala permitiu uma análise abrangente a respeito dos diferentes elos dessa cadeia, identificando pontos fortes e áreas de melhoria. Nesse sentido, foi possível identificar de forma clara os principais desafios enfrentados pelos empreendimentos, bem como as oportunidades que poderiam ser exploradas para fortalecer a sustentabilidade econômica, social e ambiental da cadeia de valor. Como cada empreendimento recebe as informações de forma objetiva e assertiva, a Escala ajuda a orientar a criação de estratégias específicas para o fortalecimento dos empreendimentos comunitários. Isso permite que determinadas ações sejam direcionadas de forma mais precisa para áreas críticas. Um exemplo interessante é que há 5 anos o Instituto Terroá vem aplicando a “Escala de Maturidade para empreendimentos e cadeias da sociobiodiversidade” na cooperativa Amazonbai do Amapá e os avanços organizacionais têm sido notórios.

A aplicação da ferramenta, durante a Caravana do Açaí, ocorreu de modo participativo, em oficinas interativas, sendo que os comunitários fizeram uma análise conjunta dos requisitos avaliados e respectivos níveis de maturidade. Dessa forma, este exercício coletivo possibilitou o surgimento de novas ideias que podem auxiliar no fortalecimento da organização como um todo.

Todas as associações e cooperativas que foram visitadas durante a “Caravana do Açaí” receberam o relatório completo, validado participativamente, da Escala de Maturidade. Esse relatório fornece informações detalhadas sobre o atual estágio de desenvolvimento de cada empreendimento comunitário, destacando áreas de excelência e indicando aquelas que requerem melhorias. Com base nas análises, os empreendimentos estão munidos de subsídios essenciais para a elaboração de seus planos de ação estratégicos, direcionados para o aprimoramento de suas capacidades e processos. Esse passo permite que essas organizações enfrentem de forma mais eficaz os desafios e explorem as oportunidades de fortalecimento da sustentabilidade econômica, social e ambiental na cadeia do açaí.

## A construção deste documento

A construção deste documento envolveu um processo metodológico estruturado, que inclui várias etapas essenciais:

### Aplicação da Escala de Maturidade:

Inicialmente, foi realizada a aplicação da Escala de Maturidade para Empreendimentos e Cadeias da Sociobiodiversidade. Essa etapa envolveu a avaliação qualitativa e participativa dos empreendimentos, permitindo uma análise aprofundada de nove dimensões cruciais relacionadas ao seu desenvolvimento organizacional e participação da cadeia do açaí.

### Entrevistas para Levantamento de Demandas de Investimento:

Durante a execução da Caravana do Açaí, foram conduzidas entrevistas presenciais com os empreendimentos comunitários. Essas entrevistas desempenharam um papel fundamental na identificação das necessidades de investimento (públicos e privados) e no entendimento das questões específicas enfrentadas pelas cooperativas.

**Sistematização, Análise e Elaboração Técnica:** A seguir, os dados coletados foram sistematizados e submetidos a uma análise minuciosa. Com

base nessa análise, foram desenvolvidos conteúdos técnicos detalhados, que incluíram recomendações específicas relacionadas a políticas públicas, investimento social privado e filantropia, bem como potenciais arranjos pré-competitivos e recursos compartilhados setoriais.

**Inclusão de Novos Subsídios:** Para enriquecer ainda mais o documento, foram incorporados novos subsídios obtidos durante o Encontro “Açaí: Força da Sociobioeconomia da Amazônia”. Esse evento reuniu diversas cooperativas e organizações que atuam na cadeia, facilitando a troca de experiências e a cocriação de soluções e recomendações gerais.

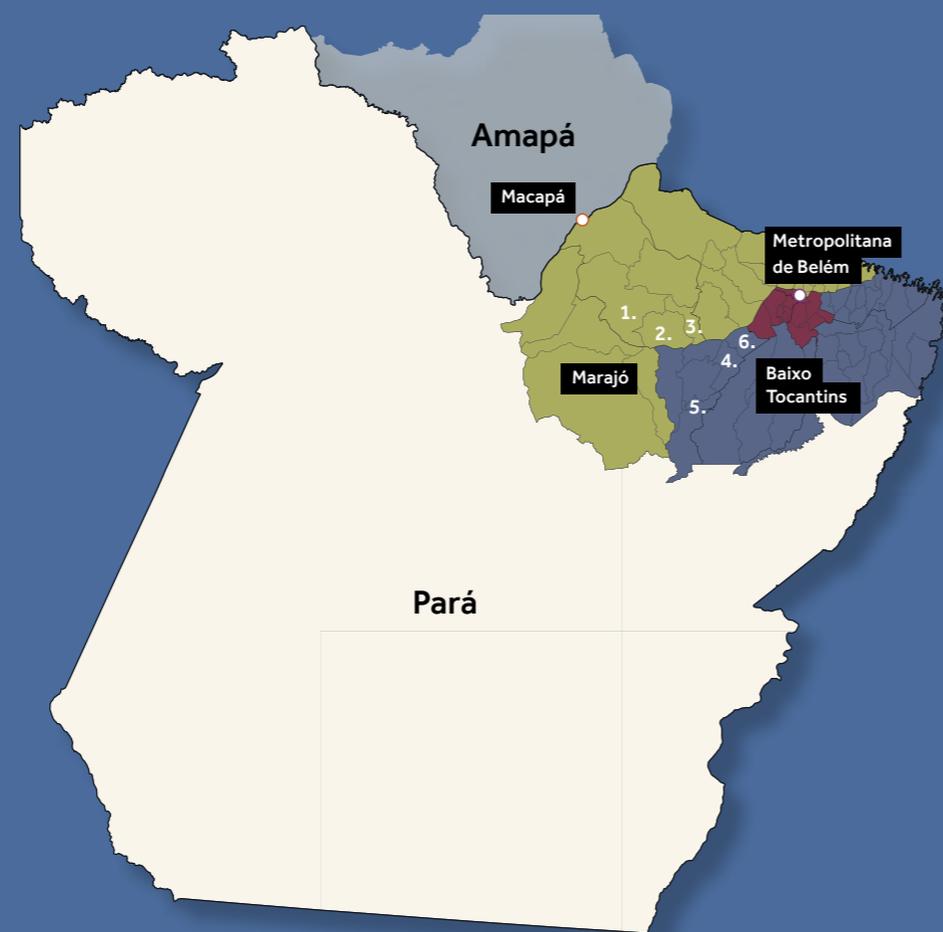
**Validação do Documento:** Por fim, o documento passou por um processo de validação. Isso envolveu encontros presenciais, nos quais foram realizadas discussões bilaterais com as lideranças dos empreendimentos comunitários. Além disso, a equipe do projeto conduziu uma revisão detalhada e validação final do conteúdo.

O resultado final deste processo metodológico é este documento, que reúne informações valiosas e recomendações práticas para fortalecer a cadeia de valor do açaí e melhorar as condições de vida das comunidades envolvidas.

## Os empreendimentos visitados

Durante a Caravana do Açaí foram percorridos sete municípios do estado do Pará, incluídos em três mesorregiões: Marajó, Nordeste Paraense e Metropolitana de Belém. A seguir, no quadro 1, encontram-se as mesorregiões, municípios e os empreendimentos comunitários visitados.

A caravana visitou oito cooperativas e uma associação de produtores, totalizando nove aplicações da Escala de Maturidade, que resultaram em relatórios, entregues para cada um dos empreendimentos comunitários, respeitando a confidencialidade das informações. Um plano de ações foi anexado ao final de cada documento, com a finalidade de subsidiar os próximos passos para avançar na maturidade da organização e apresentar a potenciais parceiros, como empresas locais, órgãos públicos e organizações filantrópicas.



### Mapa

Caravana do Açaí: mesorregiões, municípios e empreendimentos comunitários visitados.

#### Marajó

Municípios visitados	Empreendimento comunitário
1. Curralinho (PA)	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Extrativistas e Pescadores do Rio Ipanema (Associação Ipanema/APREPI)
	Cooperativa Sementes do Marajó
2. Breves (PA)	Cooperativa Agroextrativista do Rio Mapuá e Aramá (COAMA)
3. São Sebastião da Boa Vista (PA)	Cooperativa Agroextrativista da RESEX Terra Grande Pracuúba (AGRONATU)

#### Baixo Tocantins

4. Igarapé-miri (PA)	Cooperativa Agrícola dos Empreendedores Populares de Igarapé-Miri (CAEPIM)
5. Mocajuba (PA)	Cooperativa de Frutos do Baixo Tocantins (COOFBAT)
6. Abaetetuba (PA)	Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (COFRUTA)

#### Metropolitana de Belém

Santo Antônio do Tauá (PA)	Cooperativa Mista Agroextrativista de Santo Antônio do Tauá (CAMTAUÁ)
----------------------------	---

#### Ilha do Bailique e Beira Amazonas

Macapá (AP)	Cooperativa dos Produtores Agroextrativistas do Bailique e Beira Amazonas - Amazonbai
-------------	---

## Análise geral das caracterizações



**A Caravana do Açaí mostrou que os empreendimentos comunitários desenvolvem suas atividades criando adaptações para as dificuldades e enfrentando com resiliência os desafios da cadeia. Com relação a aplicação da ferramenta Escala de Maturidade, todas as cooperativas avaliadas apresentaram um nível de maturidade considerado “Estruturado”, com médias que variaram de 57% a 27%. Esses percentuais referem-se à maturidade alcançada, de 0 a 100%.**

Na dimensão **Legislação**, o destaque foi para os requisitos Constituição e Formalização e Responsabilidade Tributária, pois as organizações mostraram que conseguem manter as documentações e os tributos em dia, com apoio de assessoria contábil, bancada por projetos de parceiros ou recursos próprios. Os demais requisitos, como o Cadastro Ambiental Rural, Licenciamento Ambiental, Encargos Sociais e Trabalhistas, Manejo Florestal, representam as maiores dificuldades enfrentadas, como a ausência de plano de manejo, ausência de planejamento de equipes de trabalho e atendimento às questões legais, fato que tem gerado muitas discussões atualmente. O CAR, mesmo quando a área é coletiva e já possui o registro, os produtores não têm cópia do documento. Com relação ao licenciamento ambiental, o entrave é a emissão da Guia de Trânsito Vegetal, a declaração simplificada para manejo das áreas de produção e rastreabilidade, que não têm sido realizados por falta de orientações de como proceder, ainda que em algumas organizações estes processos estejam em andamento satisfatório (Amazonbai). Nas Reservas Extrativistas, há dúvidas quanto à atualização de acordos coletivos e a relação de beneficiários.

A dimensão **Manejo e Conservação Florestal** o destaque para os requisitos relacionados às etapas iniciais da cadeia produtiva, como Preparação para o Manejo, Limpeza dos Açaizais, Manejo das Áreas, fato justificado pelas técnicas de manejo desenvolvidas pelos agroextrativistas, ou repassadas por em cursos sobre boas práticas realizados esporadicamente por parceiros. Os demais requisitos, como Assistência Técnica, Armazenamento, Pós Coleta e Segurança no Trabalho estão entre as maiores dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos.

Na dimensão **Organização da Produção**, o maior êxito está em Aquisição e Organização da Produção, mostrando a habilidade adquirida pelas lideranças no dia a dia. Destaca-se também os Registros da produção, feitos manualmente na maioria dos casos ou raramente por aplicativos em tablets. A organização da produção é eficiente, com os Portos de Açaí e seus coordenadores que controlam a entrada e saída de frutos, essenciais para a rastreabilidade. Já em relação à infraestrutura, é nítida a necessidade de modernizar os portos. Por outro lado, é necessário assistência técnica para aprimorar o armazenamento e organização dos registros e a demanda por treinamentos para as equipes é elevada. A

melhora na estrutura e negociação de contratos de fornecimento de frutos pode ser um caminho para que as organizações consigam absorver uma quantidade maior de frutos dos seus cooperados.

Na dimensão **Organização Social e Gestão Territorial** verificou-se que há acordos locais firmados, como o Acordo de Pesca do Rio Canaticu (PA), realizado em 2016 e que precisa ser atualizado. Já no Bailique (AP), o Protocolo Comunitário do Bailique apresenta-se como um modelo que poderia ser replicado nos demais territórios. Observou-se em todos os casos, dificuldades no requisito Engajamento e Participação, ou seja, engajar os cooperados/associados para as reuniões e assembléias é um desafio, especialmente devido aos altos custos de deslocamento. Em Diversidade, observou-se que a participação de jovens e mulheres é uma demanda urgente e falta assessoria técnica e planejamento de ações efetivas para engajar este público. Em Divisão de Tarefas, as diretorias são sobrecarregadas, principalmente na safra do açaí, atuam em diversas frentes, tornando o trabalho cansativo. A Formação de Novas Lideranças nos territórios é fundamental para a continuidade da atividade e dos empreendimentos, mas também precisa de planejamento específico.

Na dimensão **Transporte e Logística** o

destaque foi o requisito Tempo de Recolhimento e Distribuição, com todas as organizações apresentando notas elevadas, devido a facilidade e rapidez de distribuição dos frutos, apresentando um tempo total entre a coleta e o beneficiamento, inferior a 24 horas, seja no transporte pela estrada ou pelo rio. Nos requisitos de Localização do Empreendimento e Distribuição Final foram aplicados apenas a dois empreendimentos comunitários, por serem voltados especificamente para organizações que possuem agroindústria. O requisito Equipe que traz a importância de treinamento e seleção de trabalhadores por competência, apresentou notas baixas, mostrando uma demanda para esta etapa de produção, fundamental para manter a segurança no ambiente de trabalho e a qualidade dos frutos.

Na dimensão **Inovação e Sustentabilidade** verificou-se um baixo registro de parcerias para monitoramento socioambiental, pesquisa e desenvolvimento, sendo esta uma oportunidade de contribuição das universidades e centros de pesquisa. Há uma baixa divulgação sobre padrões sustentáveis de produção de açaí, que poderia ser melhorado com uma assistência técnica mais efetiva. A elaboração do Plano de Manejo é uma demanda contínua, pois mesmo as cooperativas que possuem, precisam de apoio



técnico para atualizar o documento anualmente. Algumas temáticas da atualidade como Finanças Verdes e Patrimônio genético, apresentam-se como pouco conhecidos pelos produtores, com exceção das organizações que possuem contrato com indústrias de cosméticos.

Na dimensão **Gestão Financeira e Administrativa**, os melhores desempenham foram observados nos requisitos Emissão de Notas Fiscais e Prestação de Contas, sendo este um desafio que vem sendo superado, ainda que haja a necessidade de aprimoramento no processo de prestação de contas, com regularidade de reuniões do conselho fiscal e entrega de relatório financeiro aos cooperados/ associados. Nos demais requisitos observou-se a necessidade de investimentos para obter melhorias em Estrutura, Equipes, Planejamento, Viabilidade Econômica, Controle Financeiro, Governança e Gestão. Ressalta-se que nos requisitos Políticas e Procedimentos, Capital de Giro, Fundos Obrigatórios, Fundo Social, Marketing, as organizações possuem pouco conhecimento sobre o assunto ou a condição atual não permite avanços, sendo as áreas com maior necessidade de apoio.

Na dimensão **Comercialização e Parcerias**

observou-se que há dificuldades no acesso a políticas de compras públicas para merenda escolar, principalmente quando consideramos as organizações mais distantes, em especial as Resex. Nestes locais, há relatos de contratos ou propostas de empresas com interesse em acessar mercado de carbono, mas as organizações ainda têm muitas dúvidas sobre o processo. Observou-se também dificuldades em negociar contratos, estabelecendo preços e termos mais justos, o que pode ser solucionado com assistência técnica. A maior autonomia ainda é buscada pelas organizações, que ainda possuem poucas opções para comercialização dos frutos, o que poderia ser solucionado com a venda ao mercado institucional, por exemplo.

A dimensão **Industrialização** reflete um dos maiores desafios para as organizações comunitárias na cadeia do açaí, que é o beneficiamento do produto, que exige etapas de produção mais rigorosas e processos regulatórios mais complexos, além da dificuldade ou ausência de políticas públicas voltadas para o incentivo a implementação de agroindústrias.

**Em suma, estes foram os principais desafios mapeados durante a aplicação da Escala de Maturidade, transversais a praticamente todos os empreendimentos comunitários:**

## Quadro 1

Principais desafios mapeados na cadeia de valor do açaí, parte da análise da ferramenta Escala de Maturidade para empreendimentos comunitários, aplicada na Caravana do Açaí.

- Falta de regularização no Cadastro Ambiental Rural e licenciamento ambiental.
- Assistência Técnica e Extensão Rural insuficiente.
- Baixo engajamento dos cooperados/ associados, envolvimento de jovens e mulheres, sobrecarga na diretoria e treinamento/seleção de trabalhadores.
- Baixo registro de parcerias para monitoramento socioambiental, divulgação sobre padrões sustentáveis, elaboração contínua do Plano de Manejo e conhecimento sobre Finanças Verdes e Patrimônio genético.
- Falta de investimentos em estrutura, equipes, planejamento, viabilidade econômica, controle financeiro, governança e gestão.
- Baixo acesso a políticas de compras públicas, negociação de contratos justos e falta de opções de comercialização.
- Processo de beneficiamento dos frutos de açaí com etapas de produção rigorosas, processos regulatórios complexos e ausência de políticas públicas para incentivar as agroindústrias.
- Falta de programas de treinamento e monitoramento voltado para saúde e segurança no trabalho.

## Recomendações gerais

**A partir dos resultados e análises aprendidos durante a Caravana do Açaí, são apresentadas, na sequência, um conjunto de recomendações para a promoção do desenvolvimento sustentável da cadeia de valor do açaí nos empreendimentos comunitários visitados. Estas recomendações se desdobram em três principais categorias, refletindo abordagens complementares para impulsionar o setor.**



Primeiramente, as recomendações abarcam políticas públicas, que se referem às ações a serem tomadas por diferentes esferas de governo, mas especialmente de caráter estadual (Pará). Isso engloba medidas como a criação de regulamentações específicas, incentivos fiscais e investimentos em infraestrutura que favoreçam a sustentabilidade e o crescimento equitativo da cadeia de valor do açaí. Outras possíveis ações governamentais também foram levantadas.

Em segundo lugar, foram sugeridas orientações direcionadas às organizações do Investimento Social Privado (ISP) e filantropia. Essas diretrizes visam melhor aproveitar o potencial desses atores para contribuir para o fortalecimento da cadeia de valor do açaí. Isso inclui investimentos estratégicos em projetos e iniciativas voltados aos empreendimentos econômicos, além de incentivar a inovação e a assistência técnica no setor.

Por fim, o documento também propõe a exploração de potenciais arranjos pré-competitivos e recursos compartilhados setoriais. Essas estratégias colaborativas podem envolver a criação de parcerias entre diversos atores da cadeia, visando aprimorar processos, compartilhar conhecimentos, otimizar recursos e ampliar o alcance das iniciativas, resultando em uma sinergia benéfica para toda a cadeia produtiva.

Ao adotar uma abordagem multifacetada, este documento busca oferecer um panorama abrangente de possibilidades para promover o crescimento sustentável, a inovação e o impacto positivo na cadeia de valor do açaí.

## Sugestões de políticas públicas setoriais

Considerando as demandas dos empreendimentos visitados durante a Caravana do Açaí, sugere-se o fortalecimento de políticas públicas já existentes, além de novas possibilidades que possam servir de inspiração ao poder público ao planejar o desenvolvimento de ações voltadas para esse público. No quadro 2, analisa-se o estado do Pará e as políticas públicas setoriais, cujas ações específicas, se forem efetivadas, trarão benefícios significativos para os produtores de açaí. Importante destacar que as políticas públicas citadas, bem como as demais ações que podem ser implementadas, podem servir de referência para os demais estados produtores de açaí.



## Quadro 2

Sugestões de ações específicas a serem priorizadas no âmbito de políticas públicas existentes, ou ações complementares que podem ser implementadas, visando o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos comunitários atuantes na cadeia de valor do açaí.

DIMENSÃO 	POLÍTICAS PÚBLICAS	DIMENSÃO 	POLÍTICAS PÚBLICAS	DIMENSÃO 	POLÍTICAS PÚBLICAS
<h3>Legislação</h3>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano Estadual Amazônia Agora - PEAA (Decreto nº 941/2020).</li> <li>Programa Regulariza Pará.</li> <li>Programa Territórios Sustentáveis.</li> <li>Programa de desenvolvimento da cadeia do açaí (pró-açaí).</li> <li>Programa Bolsa Família.</li> <li>Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).</li> </ul>	<h3>Manejo e Conservação Florestal</h3>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Plano Estadual Amazônia Agora - PEAA (Decreto nº 941/2020)</li> </ul>	<h3>Organização da Produção</h3>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Programa Territórios Sustentáveis.</li> <li>Programa de Desenvolvimento da Cadeia do Açaí (Pró-Açaí).</li> </ul>
<h4>AÇÕES ESPECÍFICAS INSERIDAS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E QUE MERECEM SER FORTALECIDAS</h4>		<h4>AÇÕES ESPECÍFICAS INSERIDAS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E QUE MERECEM SER FORTALECIDAS</h4>		<h4>AÇÕES ESPECÍFICAS INSERIDAS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E QUE MERECEM SER FORTALECIDAS</h4>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Estímulo ao protagonismo municipal em licenciamento e fiscalização ambiental, com foco na análise e validação de 100% dos CAR.</li> <li>Redução do passivo de titulação de imóveis rurais no Pará.</li> <li>Adequação da validade e requisitos da CAF (Certificado de Aptidão ao Pronaf) considerando o contexto amazônico.</li> <li>Inclusão de produtos da bioeconomia na tabela de códigos</li> </ul>	<p>de receitas da SEFA-PARÁ e inclusão de política de preço mínimos para esses produtos, visando o entendimento das receitas oriundas de produtos extraídos da floresta.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Elaborar indicadores específicos de salvaguardas e repartição de benefícios relacionados ao acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Expansão do Programa Estadual de Recomposição Florestal Produtiva por Sistemas Agroflorestais (PROSAF).</li> <li>Implantação de Sistema Agroflorestal (SAF) em 70% das propriedades aderentes ao Programa Territórios Sustentáveis.</li> <li>Potencializar a produção de melíponas amazônicas visando à polinização de culturas vegetais amazônicas e proteção da espécie.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Realizar o diagnóstico e valoração de bens e serviços da floresta no Estado do Pará - Inventário Estadual de Florestas.</li> <li>Criar um Programa Estadual de Proteção da Biodiversidade e de seus habitats, inibindo a vulnerabilidade territorial e as mudanças do uso do solo.</li> <li>Apoio ao Manejo Florestal Comunitário Familiar e de Produtos da Sociobiodiversidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Capacitação de 100% dos técnicos da EMATER em boas práticas socioambientais.</li> <li>Assessoria a 50% dos produtores rurais para acesso a programas.</li> <li>Construir uma política de ATER voltada ao desenvolvimento sustentável da sociobiodiversidade e que considere as especificidades dos PIQCTs e AF.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoiar os produtores da bioeconomia, em especial da sociobiodiversidade, para acesso ao registro artesanal (selo artesanal) visando agregação de valor e acesso a mercados diferenciados.</li> </ul>

DIMENSÃO 

POLÍTICAS PÚBLICAS

## Organização Social e Gestão Territorial

- Programa Territórios Sustentáveis

### AÇÕES ESPECÍFICAS INSERIDAS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E QUE MERECEM SER FORTALECIDAS

- Reformulação do Programa Bolsa Verde com condicionalidade ambiental.
- Ampliar e fortalecer as organizações sociais voltadas às cadeias de valor da bioeconomia, em especial da sociobiodiversidade.
- Realizar campanhas de cadastramento de atores, propriedades e áreas coletivas de PIQCTs e AF que atuam na sociobiodiversidade.
- Capacitar as organizações sociais produtivas (associações e cooperativas) dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais em gestão e comercialização.
- Ordenar e contribuir com os processos de transição agroecológicas, visando o empoderamento das comunidades tradicionais amazônicas.
- Apoio ao cooperativismo dos produtores da sociobiodiversidade.
- Publicação de 4 editais para promover o desenvolvimento e implementação de tecnologias sociais e de baixo impacto ambiental.
- Levantamento da infraestrutura necessária para implantar uma big data de Bioeconomia da Amazônia.
- Sistematização e criação de uma base de dados (big data) de bioeconomia da Amazônia.
- Ampliar a participação de cooperativas da sociobiodiversidade nos Arranjos Produtivos Locais - APLs, ampliando a integração com empresas.
- Criar GT para elaborar proposta de criação de espaço permanente de diálogo entre os povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais e o governo do estado.

DIMENSÃO 

POLÍTICAS PÚBLICAS

## Inovação e Sustentabilidade

- Programa "Amazônia Conectada"
- "PAIS" (Programa Amazônia Integrada e Sustentável)

### AÇÕES ESPECÍFICAS INSERIDAS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E QUE MERECEM SER FORTALECIDAS

- Inclusão digital em áreas rurais.
- Programa de certificação estadual para boas práticas socioambientais, com registro e certificação de 50% dos estabelecimentos agroindustriais.
- Ofertar novos cursos técnicos nas EETEPAs voltados para a cadeia da bioeconomia (gastronomia, turismo, bionegócios, produção agroalimentar, pesca etc.) e educação ambiental.
- Ofertar cursos de graduação e de especialização com foco na bioeconomia, equilíbrio de gênero e desenvolvimento sustentável (criar um perfil da bioeconomia no âmbito do Programa Forma Pará).
- Criar o Projeto Aldeias Conectadas para implantar internet e outras tecnologias sociais em comunidades de PIQCTS para fortalecer os negócios da sociobiodiversidade.
- Publicação de 2 editais para prospecção das potencialidades de novos bioprodutos e suas diversas utilizações.
- Contratação de 10 projetos de pesquisa em bioeconomia.
- Fomento às startups de inovação em bioprodutos e bionegócios - novas chamadas públicas.
- Criação de um observatório sobre Bioeconomia para gerar informações de pesquisas, desenvolvimento e inovação.
- Implantar o Parque de Bioeconomia e Inovação do Pará - Amazônia.
- Ampliar incentivos para atrair empresas e negócios da bioeconomia aos distritos e condomínios industriais do Estado e apoiar as Prefeituras Municipais em suas gerências.

DIMENSÃO 

## Transporte e Logística

### AÇÕES ESPECÍFICAS INSERIDAS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E QUE MERECEM SER FORTALECIDAS

- Expansão de rede de transporte de fibra óptica.

DIMENSÃO 

## Gestão Financeira e Administrativa

### AÇÕES ESPECÍFICAS INSERIDAS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E QUE MERECEM SER FORTALECIDAS

- Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural, a partir de intervenções que adotem uma abordagem sistêmica na cadeia do açaí, de forma que extensionistas tratem sobre manejo, comercialização, desenvolvimento organizacional, Normas Voluntárias de Sustentabilidade (NVS), normas obrigatórias etc.

## DIMENSÃO



# Comercialização e Parcerias

## POLÍTICAS PÚBLICAS

- Programa Territórios Sustentáveis
- Programa Territórios Sustentáveis expandido
- Fortalecimento das Câmaras de Comercialização Estaduais
- Apoio aos arranjos produtivos locais.
- Programa de Desenvolvimento da Cadeia do Açaí (Pró-Açaí).

### AÇÕES ESPECÍFICAS INSERIDAS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E QUE MERECEM SER FORTALECIDAS

- Aumento em 30% do faturamento médio das propriedades no Programa Territórios Sustentáveis.
- Simplificação das normas de acesso ao crédito no Pronaf.
- Elaboração de projetos de crédito para 50% dos produtores no Programa Territórios Sustentáveis.
- Fortalecimento das Câmaras Técnicas de Comercialização, que são espaços de diálogo institucional, envolvendo governo e sociedade civil.
- Criação da Câmara Setorial Federal do Açaí para diálogo e colaboração entre diferentes atores na sustentabilidade da cadeia.
- Capacitar atores municipais (incluindo associações e cooperativas) nos processos de compras públicas relacionados ao PNAE e PAB visando à compra de produtos da sociobiodiversidade.
- Criar cardápio para os programas PNAE e PAB com produtos sociobiodiversidade.
- Criar ambiente de negócio nacional e internacional, fortalecendo os produtos da bioeconomia e seus arranjos locais.
- Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APLs e Cooperativas (cosméticos e fitoterápicos da RMB, moda e designer da RMB, queijo do Marajó, turismo no Marajó, Farinha de Bragança, Açaí Floresta, Açaí do Nordeste Paraense, Açaí do Baixo Tocantins, Cacau e Chocolate de Tomé Açú, Cacau e chocolate do Xingu, cosméticos e fitoterápicos do Baixo Amazonas, Pimenta produzida em SAF de Tomé Açú, Cerâmica Icoaraci, Alimentos e Bebidas, mel de São João de Pirabas, Fibras naturais, Floricultura da Região Metropolitana de Belém, etc).
- Organizar rodadas de discussão e experimentação (feiras gastronômicas) com atores dos processos de utilização de Plantas Alimentícias não Convencionais-PANC's e produtos orgânicos e da sociobiodiversidade (Academia, Gastrônomos, Nutricionistas, Produtores e outros).
- Criar, ampliar, adequar e incentivar o acesso às linhas de crédito do BanPará-Bio de forma a atender aos PIQCTs e agricultores familiares nos diferentes elos da cadeia da Bioeconomia.
- Difundir informações (por meio de cartilhas e mídias diversas) sobre as regras de acesso ao crédito para cooperativas e público em geral relacionado à financiamento de atividades produtivas da Bioeconomia em unidades de conservação de uso sustentável, terra indígena e território quilombola.
- Criar linha de microcrédito individual para empreendedores da bioeconomia da sociobiodiversidade, com foco na adequação sanitária, via Banpará-Bio.
- Ampliar as linhas de créditos específicas para os setores de bioeconomia do estado, com programa de acesso facilitado para pequenos produtores (PIQCTs).
- Desenvolver programas de acesso ao mercado regional, nacional e internacional para produtos da socioeconomia e da sociobiodiversidade.

## DIMENSÃO



# Industria- lização

## POLÍTICAS PÚBLICAS

- Programa Territórios Sustentáveis.
- Programa de Desenvolvimento da Cadeia do Açaí (Pró-Açaí).
- Programa Agropecuária e Pesca - Ações de Educação Sanitária.

### AÇÕES ESPECÍFICAS INSERIDAS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E QUE MERECEM SER FORTALECIDAS

- Apoio em padronização, embalagem, rotulagem, transporte e comercialização para acesso a mercados institucionais.
- Programas de incentivo ao estabelecimento de agroindústrias locais, com melhorias em infraestrutura, equipamentos e capacitação de equipes. Para o empreendimentos comunitários, facilitar o acesso a fontes de financiamento para implementar agroindústria ou unidades de processamento de baixa complexidade para atendimento ao mercado institucional, verticalizando a produção, se for uma demanda da organização e considerando a viabilidade econômica.
- Fomentar agroindústrias locais com produtos diversos da bioeconomia, através de uma política que fortaleça as cadeias de valor local.
- Ampliar a divulgação e a capacitação relacionada às regras sanitárias para empreendimentos da bioeconomia da sociobiodiversidade, com foco no selo Artesanal (Programa Educação Sanitária).
- Adequar e formular com base nas legislações federais e estaduais regras para adequação sanitária de produtos animais e vegetais, provenientes da sociobiodiversidade, observado o contexto local e as exigências sanitárias nacionais e internacionais.

Além das ações específicas a serem priorizadas no âmbito de políticas públicas existentes, destaca-se um conjunto de ações complementares que podem ser implementadas pelo setor público e fortalecer os planos que estão em curso. São elas:

### Quadro 3

Ações complementares que fortalecem as políticas públicas no âmbito da cadeia de valor do açaí no estado do Pará.

#### DIMENSÃO

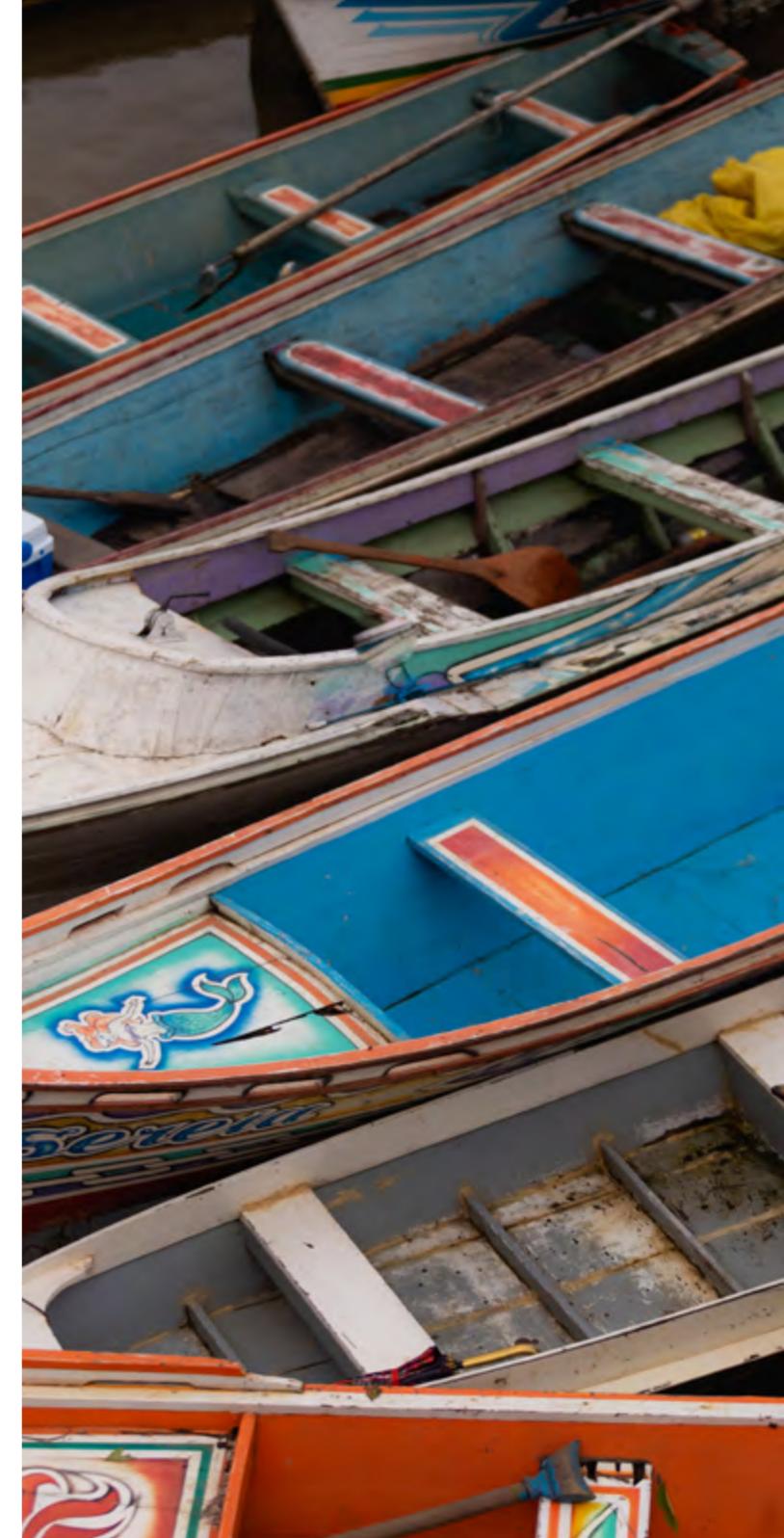
Legislação 	Organização da Produção 	Organização Social e Gestão Territorial 	Inovação e Sustentabilidade 	Comercialização e Parcerias 	Industrialização 
<p><b>AÇÕES COMPLEMENTARES QUE FORTALECEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Debate sobre uma possível alteração do Decreto 6.481 (que regulamenta os art. 3 e 4 da Conv. 182 OIT) - para incluir o trabalho infantil no extrativismo do açaí na lista TIP - Trabalhos Infantis Perigosos.</li> <li>• Plano de ações emergencial de combate às piores formas de trabalho infantil e situações de trabalho degradante na cadeia do açaí, com a construção de uma agenda estratégica, envolvendo múltiplos atores (autoridades públicas, comunidades produtoras, empresas privadas).</li> <li>• Regulamentação das condições mínimas de segurança e trabalho no extrativismo do açaí, especialmente a situação do peconheiro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programas para fortalecer Assistência Técnica e Extensão Rural, com foco na gestão de empreendimentos comunitários, NVS e normas obrigatórias, melhorando a qualidade dos frutos e manutenção dos serviços ecossistêmicos da floresta.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação da Câmara Setorial Federal do Açaí, prevendo a participação dos diferentes atores em espaços de interação e diálogo, sejam locais, regionais ou nacionais, apresentando desafios e propostas para a sustentabilidade da cadeia do açaí;</li> <li>• Criar mecanismos de apoio e fomento da rede multissetorial Diálogos Pró-Açaí e demais redes setoriais relacionadas a produtos da sociobioeconomia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sistema abrangente de rastreabilidade ao longo de toda a cadeia produtiva do açaí, envolvendo a busca de apoio para sua implementação, documentação e adoção de protocolos de garantia de origem, bem como a colaboração com sistemas de certificação que promovam a rastreabilidade do fruto, da floresta até a destinação final do caroço. Isso inclui a realização de estudos sobre novos sistemas de rastreamento, e o incentivo às certificações socioambientais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de um espaço ou centro de desenvolvimento de negócios sustentáveis na Amazônia, com foco em empreendimentos ligados à sociobiodiversidade e ao cooperativismo." Isso envolve a implementação de cursos de gestão de empreendimentos, implantação de sistemas de gestão, financiamento de projetos para aprimorar a maturidade organizacional, bem como apoio a programas de extensão e incubação de negócios comunitários.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programas de incentivo ao estabelecimento de agroindústrias locais, gestadas pelos empreendimentos comunitários, aprimorando as infraestruturas necessárias para isso, como a manutenção de estradas, fornecimento de energia, água potável, compra de equipamentos e capacitação de equipes.</li> </ul>

## Sugestões de investimentos privados/filantrópicos setoriais

**Os resultados da caravana do açaí também permitiram, a partir das validações junto aos empreendimentos comunitários, sugerir recomendações de investimentos privados e filantrópicos setoriais, alinhados também ao Caderno de recomendações de sustentabilidade para a cadeia de valor do açaí.**

Vale destacar que o Investimento Social Privado (ISP) e a filantropia podem desempenhar um papel importante no fortalecimento da cadeia de valor do açaí, ao fornecer recursos financeiros e apoio estratégico para diversas iniciativas. Por meio do ISP, é possível promover o fortalecimento de cooperativas, melhorar a infraestrutura com investimentos em equipamentos e tecnologia, além de impulsionar a capacitação de produtores e líderes locais. No caso da disseminação de tecnologias inovadoras e práticas sustentáveis, os recursos do ISP/Filantropia podem ser mais flexíveis em relação ao risco e à experimentação. Isso permite testar abordagens inovadoras, novas

tecnologias e soluções sustentáveis que, no curto prazo, podem não ser funcionais - do ponto de vista das políticas públicas - ou tão atrativas para os investidores tradicionais. Além disso, ao apoiar articulações com foco na incidência política, os recursos do ISP/Filantropia podem contribuir para a promoção de políticas mais favoráveis e estruturas regulatórias adequadas, criando um ambiente propício para o desenvolvimento sustentável do setor. Em conjunto, essas iniciativas colaboram para uma cadeia mais resiliente, colaborativa e sustentável, beneficiando não apenas os produtores e empreendedores, mas também as comunidades locais e o meio ambiente.



#### Quadro 4

Recomendações podem ser implementadas na cadeia do açaí a partir de investimentos privados/filantrópicos setoriais.

DIMENSÃO	RECOMENDAÇÃO
<b>Organização social e Gestão Financeira e Administrativa</b> 	<ul style="list-style-type: none"><li>Fortalecimento de empreendedorismo, com o apoio na articulação e abertura de novas cooperativas e negócios de impacto na cadeia do açaí, auxiliando na formalização dos grupos de produtores com interesse, respeitando a consulta livre, prévia e informada;</li><li>Assistência social/ jurídica compartilhada por grupo setorial formalizado de cooperativas e associações atuantes na cadeia do açaí;</li></ul>
<b>Manejo Sustentável / Logística / Produção</b> 	<ul style="list-style-type: none"><li>Investimentos em infraestrutura, como a compra de Equipamentos de Proteção Individual - EPI, compra de embarcações ou caminhões, melhoria do acesso à internet, apoio na aquisição de máquinas e equipamentos para agroindústria;</li></ul>
<b>Logística / Comercialização</b> 	<ul style="list-style-type: none"><li>Financiamento para organizações de produtores da cadeia de fornecimento, com o objetivo de estruturar arranjos territoriais com recursos compartilhados, a partir da compra de veículos para o transporte de cargas (modal rodoviário e hidroviário), adaptados ao açaí e que podem servir a várias cooperativas aglutinadas, no período da safra;</li><li>Construção de espaços, realização de obras/ reformas, como portos de embarque e desembarque de frutos, fretes de caminhões e embarcações ou a compra coletiva desses bens;</li></ul>
<b>Manejo sustentável</b> 	<ul style="list-style-type: none"><li>Capacitações em manejo de mínimo impacto, que fortaleça os serviços ecossistêmicos e reduza o risco de açaiização de áreas nativas.</li></ul>

DIMENSÃO	RECOMENDAÇÃO
<b>Organização social</b> 	<ul style="list-style-type: none"><li>Formação de lideranças em cooperativas na cadeia do açaí, nos diferentes territórios, elevando o protagonismo local</li><li>Bolsas de estudo para crianças e adolescentes permanecerem estudando, evitando o trabalho infantil na cadeia do açaí;</li></ul>
<b>Inovação e sustentabilidade</b> 	<ul style="list-style-type: none"><li>Transferência de tecnologia, método e inovação para facilitar a realização de auditorias internas junto às cooperativas de produtores na cadeia do açaí, padronizando e facilitando os processos de devida diligência, certificações socioambientais etc;</li><li>Advocacy para que políticas de interesse do setor sejam fortalecidas ou implementadas;</li><li>Fortalecimento de redes, com participação efetiva e regular nas atividades do Diálogos Pró-Açaí (promoção de eventos, palestras, seminários, pesquisas específicas de interesse da cadeia, como estudo e mitigação de impactos (ambientais e/ ou socioeconômicos), elaboração de publicações e/ ou confecção de materiais);</li><li>Apoio ao desenvolvimento de iniciativas de colaboração setorial, fortalecendo o grupos de diálogos regionais e nacionais (câmaras técnicas de comercialização e DPA), visando maior influência e capilaridade, potencializando as ações que visem a busca por implementação de políticas públicas;</li></ul>
<b>Manejo / Inovação e Sustentabilidade</b> 	<ul style="list-style-type: none"><li>Assessoria técnica para a consolidação de certificações (NVS) junto a cadeia de fornecimento, compartilhando processos e novas tecnologias que facilitem a manutenção das diferentes normas aplicáveis a cadeia do açaí;</li></ul>

# Sugestões de Recursos Compartilhados Setoriais (ReCS)

**Os conceitos recursos compartilhados setoriais (ReCS) e de arranjos pré-competitivos (APCs), apresentados por Salo Coslovsky no estudo “Amazônia: Territórios da Comida”, constituem abordagens colaborativas que podem desempenhar um papel crucial no fortalecimento da cadeia de valor do açaí.**

Os ReCS englobam bens e serviços que oferecem benefícios substanciais às empresas dentro de um setor específico, mas têm valor limitado para empresas de outros setores. Isso inclui recursos como mão-de-obra treinada em técnicas exclusivas do setor, conhecimento técnico específico sobre processamento, armazenamento e transporte adaptados ao produto, além de recrutamento de fornecedores de qualidade, certificações, dentre outras possibilidades.

Uma alternativa eficaz para a implementação dos ReCS é por meio dos Arranjos Pré-Competitivos (APCs), que representam acordos colaborativos entre empresas do mesmo setor. A principal característica dos APCs é que,

embora unam forças para buscar objetivos comuns, as empresas não perdem sua competitividade individual. Ao adotar os APCs, as empresas podem reduzir custos e aprimorar a qualidade de produção, mesmo em ambientes desafiadores e com problemas estruturais. Essa abordagem possibilita que as empresas acessem mercados mais amplos e lucrativos, além de estabelecer conexões com mercados distantes e exigentes.

Os benefícios trazidos por esses arranjos são notáveis, uma vez que permitem a colaboração, otimização de recursos e fortalecimento da competitividade das organizações envolvidas. Os APCs e os ReCS não apenas impulsionam o crescimento econômico regional, mas também fomentam parcerias colaborativas entre diversas partes da cadeia, incluindo governos, ONGs e empresas. Essa colaboração multidimensional contribui para a sustentabilidade ambiental, social e econômica da cadeia do açaí, demonstrando um compromisso coletivo em enfrentar os desafios do setor de maneira inovadora e eficiente (COSLOVSKY, 2021).

A partir das experiências da Caravana do Açaí, apresentam-se alguns exemplos que ilustram como os ReCS podem ser aplicados na cadeia do açaí, buscando o fortalecimento do setor, a melhoria da qualidade dos produtos e a promoção do desenvolvimento sustentável. Destaca-se que embora o conceito de Recursos Compartilhados Setoriais (ReCS) esteja primordialmente voltado para a colaboração entre o setor produtivo, como a indústria de beneficiamento, batedeiras, cooperativas produtoras e agroindústrias de base comunitária, as sugestões elencadas neste contexto vão além desse escopo. Elas visam estabelecer parcerias abrangentes e multifacetadas que englobam também instituições acadêmicas, centros de pesquisa, organizações não governamentais e o setor público.

A seguir, no quadro 3, sugerimos 10 possíveis ReCS a partir de desafios observados e, no quadro 4, ações específicas para os empreendimentos comunitários.

## Quadro 5

Desafios, sugestões de recursos compartilhados setoriais para a cadeia do açaí, contemplando governo, setor privado e empreendimentos comunitários.

DIMENSÃO	POSSÍVEIS RECURSOS COMPARTILHADOS SETORIAIS (RECS)	DIMENSÃO	POSSÍVEIS RECURSOS COMPARTILHADOS SETORIAIS (RECS)
<b>Inovação e sustentabilidade</b> 	<ul style="list-style-type: none"><li>Desenvolvimento de um Ecossistema de Pesquisas Colaborativas para a realização de estudos abrangentes, focalizados, por exemplo, em novas variedades de açaí e técnicas de cultivo sustentável, além de fomentar a inovação tecnológica na cadeia, visando o desenvolvimento de novos produtos e processos. Essa iniciativa visa unificar os esforços dispersos e criar uma abordagem mais integrada para o avanço do conhecimento na indústria do açaí. O resultado das articulações para tais estudos pode culminar na concepção de um Centro Nacional de Pesquisas sobre o Açaí, que poderia atuar como um polo de excelência, reunindo especialistas, agroindústrias cooperativas, empresas do setor privado e centros de pesquisa. Essa união de forças permitiria um compartilhamento eficaz de informações e uma abordagem apta a focar nos desafios enfrentados pelo setor, resultando em avanços significativos na qualidade, produtividade e sustentabilidade da cadeia.</li></ul>	<b>Manejo sustentável / Industrialização</b> 	<ul style="list-style-type: none"><li>Criação de um abrangente programa de capacitação conjunta para produtores, fornecedores e distribuidores de açaí, com o objetivo de melhorar as práticas de cultivo, colheita e processamento. Um passo significativo nesse caminho seria a instauração de centros regionais de treinamento especializados em manejo florestal sustentável, os quais incluiriam um setor dedicado ao açaí, como um "Programa de Treinamento de Manejadores de Açaí", destinado a aprofundar o conhecimento técnico e prático em torno das especificidades dessa cultura. Essa estratégia ajudaria a atender a demandas do setor produtivo, permitindo a disseminação de conhecimento e melhores práticas em toda a cadeia do açaí. Isso conduziria a uma melhoria geral na qualidade dos produtos, no avanço das técnicas de produção e no fortalecimento da sustentabilidade da cadeia.</li></ul>
<b>Industrialização</b> 	<ul style="list-style-type: none"><li>O compartilhamento de laboratórios de análises de segurança poderia ser estabelecido por uma parceria estratégica entre agroindústrias cooperativas, empresas do setor privado, batedores de açaí urbanos e centros de pesquisa locais, com o objetivo de suprir a carência na análise da polpa, rastreamento molecular de variedades de açaí e análise de segurança de novos produtos. Esses laboratórios compartilhados formariam um ambiente colaborativo para aprimorar a qualidade e segurança dos produtos de açaí. Através de contribuições financeiras conjuntas, os parceiros teriam acesso a uma infraestrutura consolidada, enquanto colaboram em pesquisas, compartilham expertise e inovações.</li></ul>	<b>Comercialização</b> 	<ul style="list-style-type: none"><li>O Desenvolvimento de uma plataforma online compartilhada para o comércio de açaí poderia promover a interação direta entre produtores, distribuidores e varejistas, podendo eventualmente evoluir para uma inovadora "feira virtual do açaí", proporcionando um ambiente digital propício para transações e parcerias comerciais.</li></ul>

#### DIMENSÃO

### Logística / Comercialização



#### POSSÍVEIS RECURSOS COMPARTILHADOS SETORIAIS (RECS)

- A criação de uma rede logística compartilhada para o açaí na Amazônia visa superar desafios logísticos e a preocupação com a perecibilidade dos frutos. Essa abordagem colaborativa otimizaria o transporte ao consolidar produtos em centros de distribuição estratégicos, garantindo a qualidade e frescor. Tecnologias de rastreamento seriam empregadas para monitorar condições em tempo real. A rede promoveria colaboração entre atores da cadeia, melhorando a alocação de recursos e reduzindo desperdícios. Diferentes modais de transporte, incluindo vias fluviais, seriam explorados para minimizar custos e impacto ambiental. Ao integrar produtores, cooperativas e varejistas, essa iniciativa resultaria em distribuição mais eficiente, sustentável e colaborativa.

### Inovação e sustentabilidade



- Estabelecimento de certificações e selos de qualidade compartilhados para garantir aos consumidores a procedência e a qualidade dos produtos de açaí. Nesse sentido, essa ação abriria caminho para o estabelecimento de um Selo do Açaí, um protocolo padrão de práticas sustentáveis e responsabilidade socioambiental, promovendo uma diferenciação positiva no mercado e incentivando as empresas a adotarem medidas que beneficiem tanto os produtores quanto o meio ambiente. Além de servir como um distintivo de qualidade, o selo poderia representar um compromisso coletivo do setor em garantir a procedência ética e maior integridade para a cadeia. O Selo poderia ser promovido por uma potencial associação nacional do açaí.

#### DIMENSÃO

### Inovação e sustentabilidade



#### POSSÍVEIS RECURSOS COMPARTILHADOS SETORIAIS (RECS)

- A criação de um banco de dados compartilhado abrangeria informações detalhadas sobre boas práticas agrícolas, processamento, comercialização e exportação de açaí, disponíveis para todos os participantes da cadeia. Essa abordagem poderia evoluir para a criação de uma abrangente Plataforma Nacional de Informações sobre a cadeia do açaí, centralizando dados essenciais e promovendo uma análise sistêmica mais eficaz. Essa iniciativa não apenas abordaria a dispersão de informações, mas também impulsionaria a transparência, a cooperação e a disseminação eficaz de conhecimentos entre os diferentes elos da cadeia. Com acesso a um repositório centralizado, os atores envolvidos teriam maior clareza sobre as melhores práticas, oportunidades de melhoria e tendências, permitindo uma tomada de decisão mais informada e orientada por dados.

### Inovação e sustentabilidade



- Implementação de ações coordenadas entre programas de Responsabilidade Social e de Qualificação de Fornecedores. Essa abordagem colaborativa envolveria empresas do setor e outras organizações interessadas em melhorar a qualidade de vida das famílias extrativistas produtoras de açaí. Ao adotar ações coordenadas de responsabilidade social, o setor poderia criar um impacto mais significativo, unindo esforços para promover mudanças positivas nas comunidades envolvidas. Essa iniciativa não apenas contribuiria para a melhoria das condições de vida das famílias produtoras, mas também reforçaria o compromisso do setor com a sustentabilidade e o bem-estar social, alinhando-se aos valores e estratégias das empresas e organizações envolvidas.

## Sugestões de Recursos compartilhados setoriais (ReCS) para empreendimentos comunitários

O Quadro 4 apresenta de forma detalhada as sugestões de recursos compartilhados setoriais direcionados especificamente para empreendimentos comunitários, como cooperativas e associações. As sugestões apresentadas tem o objetivo de trazer benefícios concretos para as comunidades extrativistas, ao fortalecer suas capacidades, promover a inclusão social e proporcionar melhores condições de vida.



### Quadro 6

Desafios, sugestões de arranjos pré-competitivos e possíveis recursos compartilhados setoriais empreendimentos comunitários na cadeia do açaí

#### DIMENSÃO

### Legislação / Gestão financeira e administrativa



#### POSSÍVEIS RECURSOS COMPARTILHADOS SETORIAIS (RECS)

- Através do compartilhamento de consultorias ou assessorias especializadas entre cooperativas e associações, seria possível enfrentar diversos desafios comuns aos empreendimentos comunitários na cadeia. A dificuldade de acesso a crédito poderia ser amenizada por meio de consultorias financeiras que auxiliariam na elaboração de projetos sólidos e atraentes para investidores sociais ou instituições financeiras. A complexidade das regulamentações ambientais, como o Guia de Trânsito Vegetal e a Declaração Simplificada para manejo de área e venda de palmito, poderiam ser simplificadas a partir de uma orientação especializada, garantindo o cumprimento das normativas e evitando impasses legais. A falta de estruturação dos processos organizacionais poderia ser endereçada por consultorias de gestão que auxiliassem na definição de fluxos eficientes, aumentando a eficácia operacional. A orientação jurídica na formalização da relação com trabalhadores, incluindo questões como acidentes de trabalho, por exemplo, poderia ser provida por assessorias legais especializadas, assegurando a conformidade com a legislação e protegendo os direitos dos envolvidos. Além disso, consultorias de recursos humanos poderiam fornecer ferramentas para garantir direitos básicos dos trabalhadores, promovendo um ambiente de trabalho justo e seguro.

#### DIMENSÃO

### Comercialização



#### POSSÍVEIS RECURSOS COMPARTILHADOS SETORIAIS (RECS)

- Implementação de um Sistema de Compras Coletivas e Trocas entre as organizações da cadeia do açaí, visando otimizar recursos e fortalecer a capacidade de aquisição. Através dessa abordagem, as organizações poderiam colaborar na aquisição de itens como Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e insumos essenciais, obtendo economias de escala e preços mais vantajosos. Além disso, essa rede poderia abranger a aquisição de máquinas e equipamentos necessários para o processamento do açaí e o atendimento às regulamentações necessárias de beneficiamento para acessar novas modalidades de compras institucionais.

## Sugestões de Arranjos pré-competitivos para estruturar os ReCS

**Para viabilizar os Recursos Compartilhados Setoriais (ReCS) propostos, as organizações têm a oportunidade de estabelecer Arranjos Pré-Competitivos (APCs) inovadores. Esses APCs podem assumir diversas formas, como termos de cooperação, consórcios ou até mesmo a criação de uma associação setorial específica para a cadeia do açaí.**

Uma primeira demanda identificada, que pode se constituir em APC, é que os representantes de empreendimentos comunitários reportaram a falta de uma representação setorial que contemple o coletivo das comunidades tradicionais. Diante disso, a primeira sugestão é a articulação de uma rede setorial regionalizada, nos estados produtores de açaí. A iniciativa poderia ficar ancorada nas Câmaras de Comercialização estaduais e receberia as demandas locais, aumentando a capilaridade da rede, além de focar em problemáticas e soluções mais específicas.

Já a interação e colaboração entre o setor produtivo também pode ser fortalecida por meio da rede Diálogos Pró-Açaí, onde intercâmbios e grupos de



trabalho podem prosperar, visando ampliação de conhecimento técnico, conexão com indústrias do setor, articulação para incidir em políticas públicas voltadas à sustentabilidade cadeia, suporte para captação de recursos coletivos junto a organizações do setor de investimento social privado e filantropia, entre outros. Numa outra perspectiva, a criação de uma Associação Nacional do Açaí também seria vantajosa, pois permitiria a união estratégica de diversos atores da cadeia, desde produtores até agroindústrias e distribuidores. Essa associação poderia coordenar esforços para estabelecer padrões de qualidade, promover boas práticas, negociar em escala e representar o setor em questões regulatórias e políticas. Além disso, a criação de uma Câmara Setorial Federal emerge como outro exemplo de APC, onde as organizações podem unir forças para defender interesses e implementar políticas públicas favoráveis à cadeia do açaí.

Como um exemplo mais específico, ligado ao desafio da carência de veículos apropriados para transporte, como barcos e caminhões adaptados e refrigerados, a criação de cooperativas regionais de transportes de cargas do açaí, poderia ser um meio para a substituição da intermediação por terceiros na contratação de embarcações

e caminhões. Assim, esses APCs poderiam estabelecer uma frota própria para atender parte das demandas de transporte nas principais regiões produtoras do estado. Além de amenizar essa carência, a criação de cooperativas contribuiria para que os empreendimentos comunitários alcancem uma maior autonomia e eficiência, reduzindo custos operacionais e otimizando a logística.

Nessa mesma linha, a construção de Agroindústrias Coletivas Comunitárias que atendam a diferentes associações e cooperativas seria um APC interessante. O arranjo poderia visar atender vários empreendimentos comunitários de uma mesma região ou rota logística, permitindo compartilhar recursos e expertise na construção e operação dessas agroindústrias. Para tanto, seria fundamental o estabelecimento de políticas públicas que incentivassem a implementação dessas agroindústrias, incluindo possíveis linhas de financiamento diferenciadas e recursos a fundo perdido, especialmente direcionadas para organizações comunitárias. Dessa forma, as organizações poderiam superar a falta de recursos financeiros e de conhecimento especializado, potencialmente agregando

valor aos produtos de açaí e possivelmente reduzindo os custos associados à montagem de agroindústrias individualizadas.

Em síntese, os ReCS emergem como catalisadores de transformação na cadeia do açaí. Ao estabelecer APCs inovadores, como redes de empreendimentos comunitários, associações nacionais, fóruns de diálogo e câmaras setoriais, abre-se um cenário de possibilidades. Essas parcerias estratégicas não apenas abordam questões específicas, como a falta de análises de produtos, regulamentações ambientais e estruturação de processos, mas também têm o potencial de transformar a maneira como as organizações interagem e prosperam. Assim, os APCs não apenas abrem novas perspectivas para o crescimento sustentável da cadeia do açaí, mas também moldam um cenário no qual a colaboração e o compartilhamento de recursos se tornam a base para o desenvolvimento econômico e social das comunidades envolvidas.



## Considerações finais: desenvolver a cadeia para ampliar a qualidade de vida local

**A realização da Caravana do Açaí possibilitou um entendimento profundo da realidade de um grupo de empreendimentos comunitários vinculados a esta cadeia na região amazônica, sendo que os resultados obtidos e as interações com as comunidades permitiram a formulação de um conjunto de recomendações para o avanço sustentável da cadeia. Essas orientações abrangem três áreas-chave:**



a) políticas públicas setoriais, abrangendo iniciativas governamentais direcionadas ao desenvolvimento da cadeia; b) sugestões de investimentos sociais privados/filantrópicos, enfocando parcerias com atores privados interessados em impulsionar o setor; c) ReCS - visando maximizar a eficácia dos recursos por meio da colaboração; e d) APCs - uma estratégia colaborativa para fortalecer a cooperação entre o setor e maximizar recursos e esforços conjuntos. Conforme salienta Coslovsky (2021), é necessário usar a engenhosidade e adaptação a partir de métodos ou instrumentos alinhados com a realidade da região, trazendo conquistas e uma nova visão, que enfrenta os modelos tradicionais desenvolvimentistas, nem sempre satisfatórios.

Os empreendimentos comunitários possuem obrigações que devem ser atendidas para cumprirem com suas finalidades, entre elas manter uma produção sustentável de açaí, incentivando os produtores a adotarem técnicas adequadas com vistas ao manejo responsável dos recursos naturais, conservação da biodiversidade e respeito às leis ambientais, garantido a disponibilidade contínua do açaí e preservação dos serviços ecossistêmicos. Para que isso se efetive, é necessário um conjunto de políticas públicas que ofereça as bases estruturais para o estabelecimento das práticas consideradas sustentáveis, como infraestrutura de transporte, acesso a assistência técnica adaptada, apoio a implementação de agroindústrias, canais que



facilitem o acesso a crédito, acesso a internet, ligando o campo as instituições localizadas na área urbana, facilitando a comunicação com órgãos públicos, apoiadores e setor privado.

A aproximação das organizações de uma rede de apoio regionalizada, como as Câmaras Técnicas de Comercialização e a Rede Diálogos Pró-Açaí, são essenciais para a adaptação também das políticas públicas que estão em fase de reformulação ou criação neste período de mudanças em que o país vem enfrentando. É preciso retomar o caráter participativo das estratégias de desenvolvimento regional e esses são espaços fecundos para que os arranjos colaborativos entre organizações comunitárias sejam estimulados e fortalecidos.

Um dos principais gargalos para as organizações ainda é a ATER, com oferta atual deficitária, que parte de órgãos públicos ou do apoio voluntário das iniciativas privadas, sejam empresas ou organizações não governamentais. Portanto, um planejamento audacioso nessa área prioritária, seria uma ATER custeada pelos próprios empreendimentos comunitários, de maneira compartilhada, atendendo às diferentes demandas levantadas, destacadas neste documento. São consultorias que vão desde a promoção de boas práticas de higiene e qualidade

na produção e no processamento do açaí (colheita, transporte, armazenamento e processamento em condições sanitárias adequadas), até assuntos como assessoria jurídica trabalhista e regulatória ambiental, elaboração de projeto e planejamento estratégico/organizacional, atendimento a regras de NVS, entre outras.

Outra demanda recorrente é a agregação de valor aos frutos de açaí, o que pode incluir a aquisição de equipamentos, máquinas e outros insumos necessários ao processamento pelas próprias organizações. A fabricação de derivados do açaí por empreendimentos comunitários ainda são casos excepcionais. Essa diversificação permitirá a geração de mais empregos e aumentará o valor dos produtos comercializados, melhorando a renda das famílias.

A problemática dos direitos humanos na cadeia do açaí já vem sendo discutida há alguns anos e é um fato que emana um alerta aos atores da cadeia, não no sentido punitivista, e sim no sentido de que empresas e governo estão demonstrando uma preocupação com a população mais vulnerável e escassa de conhecimento sobre direitos e deveres. Esse debate, para o produtor e sua família, significa um acalento, pois percebem que existe um movimento de agentes que se importam com sua

saúde e bem-estar. Essa comunicação de impacto social pode chegar, até mesmo a comunidades mais distantes, em forma de campanhas de educação e conscientização para informar a população sobre os benefícios do açaí (impactos positivos) e cuidados que devem ser tomados (riscos), como a importância da permanência das crianças e adolescentes nas escolas, uso de EPIs e valorização de jovens e mulheres.

Já em relação ao financiamento dos ReCs APCs, assim como mencionado anteriormente, o desenvolvimento sustentável da cadeia de valor do açaí depende de esforços conjuntos e da colaboração entre diversos atores. No entanto, é essencial reconhecer que simplesmente "passar o chapéu" e depender da contribuição voluntária das empresas pode não ser uma solução viável a longo prazo. É fundamental explorar estratégias mais sólidas e consistentes para financiar essas atividades coletivas. Isso levanta questões cruciais, como: quais são os ReCs e APCs mais urgentes e factíveis? Quem deve decidir sobre a alocação de recursos? E, talvez ainda mais importante, como garantir o financiamento necessário?

Neste contexto, é importante considerar o envolvimento direto do setor público. Em muitos casos, o governo desempenha um papel

fundamental na arrecadação de recursos que podem apoiar iniciativas coletivas como ReCs e APCs. Portanto, é imperativo incluir uma discussão sobre como o setor público pode desempenhar um papel ativo na geração de recursos para sustentar essas atividades colaborativas. Ao abordar essa questão, estamos não apenas fortalecendo a cadeia de valor do açaí, mas também promovendo uma abordagem inclusiva que considera as necessidades e interesses de todos os envolvidos.

Por fim, para que todo esse arcabouço de políticas públicas recomendadas em combinação com as possibilidades de financiamento para o Investimento Social Privado (ISP) os arranjos pré-competitivos (APCs) e os recursos compartilhados setoriais (ReCS) resulte em ações efetivas e impactos socioambientais relevantes, as parcerias e cooperação setorial são fundamentais, pois as soluções partem dos próprios empreendimentos comunitários, trabalhando para resolver desafios comuns, compartilhando recursos, promovendo o desenvolvimento coletivo. Esse poderá ser o diferencial desse novo modelo de desenvolvimento sustentável recomendado para a cadeia de valor do açaí e que tem potencial para ser replicado em outras cadeias da sociobiodiversidade.

# Referências

BRASIL. *Programa Amazônia Integrada*. Disponível em: <<https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/noticias/2021/setembro/decreto-institui-o-programa-amazonia-integrada-e-sustentavel-pais>>.

BRASIL. *Programa Amazônia Conectada*. Disponível em: <<http://www.amazoniaconectada.eb.mil.br/>>.

COSLOVSKY, S. V. ; SMERALDI, R. ; SANTOS, M. L.. *Amazônia: Territórios da Comida*. Amazonia 2023. 2021. Disponível em: <[https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Amazonia-Territorios-da-Comida-Final-03\\_11-1.pdf](https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Amazonia-Territorios-da-Comida-Final-03_11-1.pdf)>.

COSLOVSKY, S. V. *Estratégias para*

*o Desenvolvimento da Amazônia Brasileira: Lições Aprendidas dos Arranjos Pré Competitivos*. Amazônia em 2023. 2021. Disponível em: <<https://amazonia2030.org.br/wp-content/uploads/2021/11/Arranjos-Pre-competitivos-final.pdf>>.

INSTITUTO CONEXUS. *Mapa de Negócios Comunitários Sustentáveis*. Disponível em: <<https://desafioconexsus.org/mapeamento/#panorama>>. Acesso em: jan. 2023.

LOPES, M. L. B. C.; SOUZA, C.CC. F. FILGUEIRAS, G.C.; ALFREDO KINGO OYAMA HOMMA, A. K. O. *A cadeia produtiva do Açaí em tempos recentes*. IN: Estudos em Agronegócio: participação brasileira

nas cadeias produtivas - V. 5. - Gabriel da Silva Medina, José Elenilson Cruz (orgs.). - Goiânia / Kelps, 2021 390 p.: ISBN:978-65-5859-343-0.

PARÁ. Decreto Nº 1.943, de 21 de Outubro de 2021. *Estratégia Estadual de Bioeconomia do Pará*. 2021. Disponível em: <<https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/normas/view/96377>>. Acesso em 06 de setembro de 2022.

SANTANA, A. C. *O agronegócio na perspectiva do crescimento econômico, com inclusão social e sustentabilidade ambiental na Amazônia* / Antônio Cordeiro de Santana. – Piracanjuba-GO Editora Conhecimento Livre, 2021.



Realização

cooperação alemã  
DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT

giz  
Für eine Brasilien  
für internationale  
Zusammenarbeit seit 1971

Instituto terroá

diálogos rurais

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

GOVERNO FEDERAL  
BRASIL  
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

ECO Connex

CONEXSUS  
CONEXÕES SUSTENTÁVEIS